

“Precisamos estar vivos para seguir na luta”: pandemia e a luta das mulheres Munduruku

“We need to be alive to continue the struggle”: pandemic and the struggle of Munduruku women

“Necesitamos estar vivos para continuar la lucha”: pandemia y la lucha de las mujeres Munduruku

Alessandra Korap Munduruku
Kena Azevedo Chaves

Dossiê: Reflexões e perspectivas sobre a pandemia de COVID-19

Editores: Luisa Elvira Belaunde, Gilton Mendes dos Santos y Edgar Bolívar-Urueta

Data de envio: 2020-06-30. **Devolvido para revisões:** 2020-07-28. **Data de aceitação:** 2020-08-20

Como citar este artigo: Korap Munduruku, A., e Chaves, K. A. (2020). “Precisamos estar vivos para seguir na luta”: pandemia e a luta das mulheres Munduruku. *Mundo Amazônico*, 11(2), 179-200. <http://dx.doi.org/10.15446/ma.v11n2.88662>

Resumo

O povo Munduruku, na Bacia do Tapajós, vive intensa pressão de grandes empreendimentos e interesses econômicos sobre seu território. Situação agravada pelo atual governo e também pelo avanço da pandemia que atinge os povos indígenas na Amazônia, expondo as fragilidades das políticas de proteção e saúde. O coronavírus já faz vítimas dentre os Munduruku, e o povo sofre com a perda de caciques, lideranças e familiares. Por meio da *Associação Wakoborun*, as mulheres Munduruku colocaram-se na linha de frente de combate à pandemia, prestando suporte aos parentes. Este trabalho que se segue é um relato analítico sobre a luta do povo Munduruku na Bacia do Tapajós, destacando a atuação das mulheres no enfrentamento ao vírus e às demais pressões sofridas pelo povo. O trabalho é construído por meio da colaboração entre as autoras: os relatos da primeira autora, liderança do povo, são organizados e editados pela segunda autora, e complementados em comentários, revisão bibliográfica e documental. As análises foram construídas em conjunto, a partir de diálogos e leituras compartilhadas do texto.

Palavras chave: povo Munduruku; mulheres indígenas; pandemia; Amazônia; luta pelo território.

Abstract

The Munduruku people in the Tapajós River are under intense pressure from large scale projects and economic interests on their territory. This situation is aggravated by the current government and

Alessandra Korap Munduruku. Liderança do povo Munduruku, graduanda em direito pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Associação Indígena Pariri
Kena Azevedo Chaves. Doutoranda em geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).
kenachaves@gmail.com

also by the advance of the pandemic that affects indigenous peoples in the Amazon, exposing the vulnerabilities of protection and health policies. The coronavirus is already claiming victims among the Munduruku, and the people are suffering the loss of chiefs, leaders and family members. Through the Wakoborun Association, Munduruku women have put themselves at the forefront of fighting the pandemic, supporting their relatives. The work that follows is an account of the situation, highlighting the role of women in fighting the virus and the other pressures suffered by the people. The work is built through collaboration between the authors, the reports of the first author, leadership of the people, are organized and edited by the second author, who complements in comments with bibliographical and documentary review. The analyzes were built together, based on shared dialogues and readings of the text.

Keywords: Munduruku; indigenous women; pandemic; Amazon; struggle for territory.

Resumen

El pueblo Munduruku, en la cuenca del río Tapajós, está bajo una intensa presión de grandes empresas e intereses económicos en su territorio. Esta situación se ve agravada por el actual gobierno y también por el avance de la pandemia que afecta a los pueblos indígenas en la Amazonía, exponiendo las vulnerabilidades de las políticas de protección y salud. El coronavirus ya está causando víctimas entre los Munduruku, y la gente sufre la pérdida de jefes, líderes y familiares. A través de la Asociación Wakoborun, las mujeres Munduruku se han puesto a la vanguardia de la lucha contra la pandemia, apoyando a sus familiares. El trabajo que se presenta es una descripción analítica de la situación, destacando el papel de las mujeres en la lucha contra el virus y contra las otras presiones sufridas por el Pueblo. El trabajo se construye a través de la colaboración entre las autoras: los informes de la primera autora, lideresa del Pueblo, son organizados y editados por la segunda autora, quien los complementa con comentarios, revisión bibliográfica y documental. Los análisis se construyeron en conjunto, a partir de diálogos y lecturas compartidas del texto.

Palabras clave: Munduruku; mujeres indígenas; pandemia; Amazonia; lucha por el territorio.

Introdução¹

O Tapajós é um rio Munduruku. O povo tem sua origem conectada ao rio, e hoje soma mais de 14 mil pessoas vivendo nas aldeias e cidades, concentrados, sobretudo, no alto e médio intercurso do Tapajós. Os territórios do povo estão em permanente disputa, na mira de grandes empreendimentos logísticos e hidrelétricos projetados para a bacia, são alvo da pressão para expansão do agronegócio, além da frequente invasão de garimpeiros, madeireiros e grileiros. Os Munduruku são um povo guerreiro e enfrentam com o próprio corpo pressões e ameaças, expulsando invasores e denunciando violações de seus direitos.

Segundo Fearnside (2016), na bacia do Tapajós estão em estudos mais de 43 hidrelétricas (com potência superior a 30MW). Em Itaituba (PA) está prevista instalação da UHE São Luís do Tapajós, cujo processo de licenciamento está suspenso por decisão do Ibama desde agosto de 2016. Além de hidrelétricas, está em curso a consolidação do Corredor Tapajós, que prevê a conexão entre as regiões produtoras de grãos localizadas no Centro Oeste e os portos de Santarém e Belém. Já está em processo de instalação um conjunto de portos e terminais de carga, além de discussão para duplicação da BR 163 (Cuiabá – Santarém) por onde já circulam volumes consideráveis de grãos em direção ao porto de Santarém/PA. A expansão da fronteira agrícola sobre a Amazônia também pressiona para a instalação da Ferrogrão: projeto de ferrovia em

fase de estudos que conectará Lucas do Rio Verde/MT à Miritituba/PA, este último, distrito de Itaituba/PA, localizado à beira do Tapajós. Nesse cenário, a pandemia do novo coronavírus coloca-se como mais um inimigo a ser enfrentado pelo povo, que luta contra o tempo para salvar os anciãos, mais suscetíveis à doença.

O texto aqui apresentado é um relato construído a partir da compilação de depoimentos de Alessandra Korap, recolhidos nos diálogos entre as autoras, além daqueles resultantes de sua participação em debates públicos realizados entre os meses de abril e junho de 2020². Todo o material bruto foi editado buscando-se a manutenção da autenticidade na forma de encadear os fatos, bem como o uso de algumas expressões e entonação da narradora, garantindo que ela se reconheça no texto.

Leituras compartilhadas foram realizadas para ajustar e corrigir informações. Alessandra iniciou a leitura sozinha, mas emocionou-se e interrompeu a leitura nas primeiras tentativas. Fizemos, então, chamadas de vídeo para leitura compartilhada. Na primeira chamada Alessandra estava no quintal de sua casa, na aldeia Praia do Índio, município de Itaituba/PA, cuidando da roça. Enquanto ouvia, trabalhava com a enxada e parava a cada tanto para fazer correções ou sugerir alterações. Em algumas passagens do texto ela se emocionou, depois riu de si mesma, concordou novamente com as próprias decisões e posturas, e reafirmou a importância da luta das mulheres e a estima por seu povo e por suas companheiras de luta.

Complementar a narrativa de Alessandra foi uma das tarefas mais difíceis. Em princípio, imaginei que essa complementação poderia ocorrer no próprio corpo do texto, adotando um formato de artigo e não de relato. Muitas inseguranças se colocaram, sobretudo com relação à transfiguração da narrativa, tão potente, de Alessandra e imposição de um quadro teórico alheio ao que ela pudesse acreditar e concordar. Sendo assim, optei por fazer as complementações em notas breves, informativas, que buscam esclarecer e problematizar alguns dos pontos trazidos pela narradora, sem propor análises de seu discurso, além de indicar bibliografia que aprofunda questões mencionadas.

A relação com Alessandra vem sendo construída ao longo dos últimos dois anos, em função de minhas investigações no âmbito do doutorado, em curso na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Vínhamos esboçando a possibilidade de escrever juntas, tanto pelo interesse de Alessandra em escrever ela mesma sobre seu povo e sua história e também pelas demandas universitárias que tem vivido desde que iniciou a graduação em direito na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Provocadas por reflexões sobre ética em pesquisa e justiça epistêmica, decidimos construir esse exercício de escrita em parceria, que tem como inspirações metodológicas colaborações em pesquisas etnográficas e as narrativas autobiográficas.

Chegamos ao texto final acreditando que essa é apenas nossa primeira de muitas outras produções conjuntas que virão.

A pandemia é um vento muito forte

Sou Alessandra Korap, do povo Munduruku, minha aldeia é a Praia do Índio³, em Itaituba/PA. Já fui coordenadora da *Associação Indígena Pariri*⁴, hoje faço parte da *Associação das Mulheres Wakoborun*⁵ e sou chefe das guerreiras do médio Tapajós. Em 2019, fui morar em Santarém para estudar direito na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Me mudei para Santarém com meu marido e meus dois filhos, vivemos numa casa pequena, e quando estou por lá sinto muita falta da minha aldeia, do meu povo e do meu território.

Desde que começou a pandemia, que o vírus chegou no Brasil, eu queria vir para a aldeia. As aulas da universidade foram suspensas e não tínhamos mais que ficar em Santarém. Eu queria muito voltar para minha casa, encontrar meus parentes, mas fiquei com medo de trazer o vírus de lá para cá. Fizemos os 15 dias de quarentena em Santarém, e depois viemos: eu, meu marido e meus filhos. Minha aldeia fica bem perto da cidade. Quando cheguei aqui eu poderia ter ido mais para longe, para uma aldeia mais distante da cidade, mas se fizesse isso eu estaria fugindo, estaria deixando minha aldeia, meu povo, e não posso fazer isso. Tenho tia doente, tenho pajé que é idoso, tenho várias pessoas idosas, além crianças e mulheres grávidas. Sou liderança e não posso fugir do vírus, tenho que enfrentar para proteger meu povo. Meus parentes precisam de mim e eu preciso estar aqui para protegê-los.

Colocamos placas nas aldeias proibindo a entrada de pessoas não autorizadas, e estamos tratando de orientar os parentes, pedindo que eles não venham para a cidade, explicando como o vírus faz, como a doença faz, pedindo para que todos lavem as mãos e usem máscaras. Nós, na linha de frente, vamos para a cidade resolver tudo, buscar apoio para comprar cestas básicas, máscaras, álcool em gel, e depois a gente distribui para os parentes. As mulheres estão organizadas, ajudando também. Por meio da nossa *Associação de Mulheres Wakoborun* fizemos um informativo⁶, explicando para os parentes, em nosso idioma munduruku, como fazer para enfrentar o vírus. Mesmo sem ter o costume nós fizemos sabão caseiro, pesquisamos receitas, fizemos e até que ficou bom. Levamos para os parentes tudo isso e a informação. Nem todas as aldeias tem internet, as vezes não tem rádio, e os parentes ficam sem saber o que está acontecendo, sem receber as notícias.

No início, quando no Pará tinham poucas mortes, as pessoas não acreditavam que chegaria até aqui. Mas aqui no Tapajós chegam balsas⁷ que vêm de outros lugares, vêm de Santarém/PA, de Manaus/AM e de outros países. Nós ficamos preocupados, pois sabíamos que não teríamos leitos de UTI⁸ para atender nossos parentes. Nem nos países de primeiro mundo, que

têm os melhores hospitais com melhores médicos, eles estavam conseguindo conter a pandemia, morriam mais de mil pessoas por dia⁹, imagine no nosso caso? Nós que moramos aqui em lugares sem saneamento básico e sem hospitais. Quando alguém passa mal tem que esperar na fila para chegar até Santarém... Por isso nós pedimos muito para todo o povo cuidar da saúde, ninguém é imortal. Estamos tomando nossos remédios caseiros¹⁰, chá de boldo, quina com mel, copaíba, isso é muito importante, mas não é suficiente, é preciso evitar ir para a cidade. Pedimos para todos ficarem nas aldeias, e quem está na cidade, que esperasse para ir para aldeia, sobretudo quem viajou para exteriores, quem encontrou pessoas de fora da nossa região. Estamos pedindo para todos aguentarem firme, isso é pela nossa vida, pela vida dos nossos parentes.

A minha mãe mora perto de mim, mas eu não posso visitá-la. Eu fico muito na cidade, então estou pedindo para as pessoas não me visitarem, também evito visitá-las e quando vou não entro nas casas. Quando a gente é liderança dentro da nossa aldeia acabamos visitando todo mundo, é preciso saber como estão todos, levar informação e dar força para todos que estão passando por isso. Na cidade é mais fácil a pessoa se isolar, na cidade cada um pode se trancar. Na aldeia não, aqui não tem como se trancar. Quando alguém adocece, todos querem fazer visita, todos querem saber como o parente está, querem levar remédio, ajudar de algum jeito. Por isso tenho medo deles pegarem o vírus um dos outros, tenho medo de perder todo mundo, não está sendo fácil.

A pandemia é um vento muito forte que está soprando sobre nós, vai balançar as árvores, vai levar as folhas, é uma forte tempestade e precisamos ser muito firmes para resistir. As doenças dos brancos já maltrataram muito os povos indígenas¹¹; quando a gripe chegou nas aldeias, trazida pelos brancos, morreram vários parentes, e agora essa pandemia veio para nos atacar. O Covid-19 é o inimigo invisível, um inimigo que ninguém consegue enxergar. É um vírus do capitalismo que veio de longe e que, infelizmente, entrou nas nossas aldeias¹². Nós pedimos tanto, mas infelizmente o vírus chegou aqui. A gente não vê esse inimigo, ele é tão traiçoeiro que qualquer um pode pegar. Uma doença do capitalismo, que veio da matança dos animais, veio da destruição das florestas, veio da contaminação dos rios. Uma doença dos *pariwat*¹³ que só querem os recursos para abastecer o desenvolvimento que produz morte¹⁴. É um desenvolvimento de morte esse que o capitalismo faz, e esse desenvolvimento trouxe o vírus até aqui.

Nossas bibliotecas estão queimando

O vírus sobe o rio nos barcos, vai pelas estradas nos ônibus, entra no corpo dos garimpeiros e madeireiros, chega nas aldeias e leva os nossos parentes. Até agora já perdemos 13 parentes¹⁵, isso dói demais. E quem mais está morrendo são os anciãos, os idosos. Para nós isso é uma perda que não dá para medir

em números. Eles são nossa biblioteca viva, uma biblioteca que está com a gente no dia a dia. Eles carregam a história do nosso povo, contam as nossas histórias¹⁶. Não é uma biblioteca que você vai lá, tira o livro, lê e devolve. Não. São bibliotecas vivas, que falam, que contam as histórias para nós. Não são um museu porque não estão mortos, eles ainda existem, nós existimos ainda, estamos aqui presentes.

As pessoas não se importam com os velhos, nós não, eles são sagrados para nós. Não são números, são vida, são a nossa vida. Deixam sementes que vão crescendo no povo, sementinhas que brotam e crescem. Eu também vou deixar essa semente, e ela vai crescer. Não aceitamos que nossos anciãos tenham que morrer só porque são idosos, nós temos que lutar para que eles vivam.

Nossas bibliotecas estão queimando, nosso povo está queimando. Em apenas dois dias nós perdemos dois grandes guerreiros do povo munduruku. No dia 01 de junho faleceu o grande Cacique Vicente Saw, da aldeia Sai Cinza. O cacique tinha setenta e um anos, lutou muito pela defesa do nosso território, que o *pariwat* quer destruir de diversas formas. Ele era um exemplo de luta, muitos dos nossos territórios conquistados contaram com a luta dele. Era um guardião do nosso território, da nossa floresta, do nosso rio. No dia 02 de junho foi a vez do tio Amâncio Ikon¹⁷, com apenas sessenta anos. Ele era um grande mestre para todos nós, professor e fundador da nossa *Associação Indígena Pariri*. Um grande guerreiro do médio Tapajós. Ficou dias doente em Itaituba, sem suporte suficiente dos equipamentos necessários de uma UTI. Com muito esforço, e por meio dos nossos apoios, conseguimos levar o tio Amâncio para Belém/PA numa ambulância aérea, mas infelizmente ele não resistiu.

Nossos parentes morreram fora das nossas terras e não pudemos trazê-los de volta. Não pudemos enterrar nossos parentes em nosso território. Nosso povo não está podendo se despedir dos mortos. Não pudemos fazer o ritual, chorar, cantar para os nossos parentes. Isso faz a nossa dor aumentar demais. Essa pandemia começou do outro lado do mundo, e agora está aqui dentro dos nossos parentes, no meio da aldeia. Sinto o peito doendo muito, uma dor muito forte, porque está sangrando, parece que estão me furando com uma faca, me cortando. É muito dolorido. As vezes sinto um desespero, uma impotência por não poder fazer nada. Vou até a beira do rio, tento pescar, tento buscar força do rio Tapajós, mas a tristeza e a preocupação estão muito grandes. Me preocupo com nosso pajé, que é idoso, o único pajé do médio Tapajós. Me preocupo com meus tios, minha mãe, meu avô. Me preocupo com os nossos caciques. Não durmo direito, fico pensando no que pode acontecer com meu povo se não barrarmos esse vírus que já está nas nossas aldeias.

Conversando com meu tio, que é o pajé, ele me perguntou se eu estava bem, se eu estava calma, ele estava preocupado comigo. Eu é quem tenho que

estar preocupada com ele, não ele comigo! Mas saber da preocupação dos meus parentes me dá muita força. Saber que eles precisam de mim, precisam que eu esteja forte para enfrentar esse inimigo invisível, isso me faz levantar a cabeça e continuar lutando.

Os parentes que se foram nos ensinaram a lutar. O povo Munduruku é um povo guerreiro. *Karasakaybu*¹⁸ e *Karodaybi*¹⁹, nossos criadores e guerreiros ancestrais, nos dão forças para resistir. A gente está resistindo aos ataques dos *pariwat* já há 520 anos²⁰, e vamos resistir mais 520. Lutamos contra outras doenças, lutamos contra invasores, contra usina hidrelétrica²¹, contra os garimpeiros, contra os portos, contra a soja, contra o governo. Nós somos hoje quase 14 mil Munduruku na bacia do Tapajós. No alto Tapajós são 140 aldeias, aqui no médio mais 12 aldeias. Somos um povo grande, e isso é graças à nossa luta, somos muitos porque resistimos.

Nós estamos tristes, sabemos que nossos parentes estão morrendo por incompetência o governo federal. A gente sabe que o governo federal quer a nossa morte. As condições da saúde indígena pioraram, reduziram recursos, colocaram gente que é contra os índios para conduzir a saúde. Hoje, no meio dessa pandemia, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) junto com a Fundação Nacional do Índio (Funai)²² estão nos ajudando com cestas básicas, mas não tem recurso suficiente para nos socorrer. Os enfermeiros indígenas que trabalham no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) aqui em nossa região estão doentes. Eles estão com o vírus, mas não podem parar de trabalhar, ficam firmes fazendo os atendimentos mesmo estando doentes. Itaituba, cidade mais próxima dos territórios no médio Tapajós, não tem hospital para todos, o município tem 100 mil habitantes e apenas quatro leitos de UTI com respiradores. Jacareacanga/PA, que é um município com grande população Munduruku, também não tem nenhum leito UTI e nem respiradores.

Nós não podemos deixar nosso povo morrer na cidade. Precisamos de estrutura nas aldeias para atendê-los, por isso estamos arrecadando doações²³ e assinaturas para uma petição²⁴, estamos pedindo a construção de um hospital de campanha dentro dos nossos territórios para que os parentes não precisem ir para a cidade para receber atendimento. Para que ninguém mais venha se contaminar na cidade, para não morrer ninguém longe de nós. Tem aldeia que fica muito longe da cidade e dos hospitais, quatro a cinco dias de barco, se alguém ficar doente ali não dá tempo de chegar na cidade. Com atendimento dentro das nossas terras, teremos mais condições de salvar os nossos parentes e de cuidar direito deles. Temos medo de perder mais parentes, de ter que enterrar mais gente do nosso povo. Precisamos estar vivos. Não podemos morrer e deixar nossas terras todas para os brancos, é isso que eles mais querem, mas não podemos permitir.

As mulheres não querem ver a terra sofrendo

Dizem que sou brava, mas quem me conhece sabe que sou sorridente, que gosto de brincar, que também sou chorona, principalmente quando vejo as coisas erradas. Eu sou brava quando tenho que ser, quando tenho que defender meu povo, defender nosso território, o futuro dos meus filhos, dos meus sobrinhos, dos parentes que ainda virão. Sou brava quando vejo pessoas humildes sem condição de se defender. Tenho que lutar para ajudar essas pessoas, defendê-las de quem mente para se beneficiar. Quero defender os ribeirinhos, os quilombolas, beiradeiros e os povos tradicionais. Estudo direito na universidade para ajudar meus parentes e a esses outros povos, para conhecer um pouco a lei dos brancos, ter mais conhecimento para poder enfrentar os ataques dos *pariwat*.

Sou uma liderança e o que faço tem consequência no meu povo. Eu não posso decidir as coisas sozinha. Tenho na minha base meu povo, minha família, meus caciques, meus anciãos, meus filhos. Não posso fazer nada sozinha, preciso fazer sempre junto com eles, sempre consultando as mulheres, as crianças, os idosos, os guerreiros, os caciques²⁵. Quando saí da minha aldeia para estudar, em 2019, fui com muita dúvida. Fui para Santarém pensando, “o que vou fazer lá? O que vai me esperar na universidade?” Tinha medo de ir para a cidade e não poder mais falar em defesa do meu território. Fiquei com aquilo na cabeça e fui falar com o cacique, e disse: “tio, eu preciso tirar essas minhas dúvidas, se sair da aldeia, se for estudar, eu tenho que parar de falar do território? Tenho que parar de falar da luta do povo pelo território?” Ele me olhou e disse: “não, você não pode parar. Nós estamos construindo uma escada para você, se você desistir da luta essa escada não estará mais seguindo em frente. Eu quero que você fale sim do território, a universidade também precisa saber que nós estamos aqui. Que as mulheres, as crianças, os pajés, os caciques, estão aqui”. Falar com meu tio cacique me motivou ainda mais, tive a certeza de que poderia ir para universidade. E fui com a cabeça erguida, sabendo que essa era uma decisão do meu povo, que eu não estaria na universidade sozinha.

Desde criança sempre fui muito teimosa, gostava de desafiar, de enfrentar. Para nós quando a criança é desobediente isso não é um problema, é quase como um dom. Fui crescendo e isso ficou em mim. Para me tornar uma liderança não foi fácil. Existe ainda preconceito quando as mulheres querem falar, querem participar, querem ser liderança, muitos não acreditam que a gente vai conseguir. Quando comecei, eu participava das reuniões, mas quase não falava, era muito tímida. As vezes era um pouco de medo de falar e os caciques me repreenderem. Minha mãe me disse muitas vezes que eu não poderia falar, que só quem poderia falar eram os caciques. Em 2014, acabei fechando uma rua. Chamei meus tios, os guerreiros, guerreiras, bloqueamos a rua e sem perceber paramos praticamente a cidade toda, quase faltou

combustível em Itaituba. Nesse momento precisei ser firme, e ali foi o começo de tudo. Nasceu em mim uma sementinha, e essa sementinha foi brotando.

Em 2015 conheci a grande guerreira Maria Leusa²⁶, que me incentivou muito, dizendo que eu deveria continuar. Eu sentia ainda um pouquinho de medo, mas entendia a cada dia a importância da luta, a importância do território, a importância do rio. Via as guerreiras e guerreiros lutando contra o tempo para barrar a usina hidrelétrica. Ouvia os caciques falando da força nacional que estava entrando no território, dos pesquisadores que entravam no território ajudando as empresas. Assim fui participando de pouquinho em pouquinho. Ainda em 2015 me tornei a chefe das guerreiras; em 2016 tesoureira da *Associação Indígena Pariri* e em 2017 já havia me tornado coordenadora da Associação. Muitos não acreditavam muito em mim pois eu era muito jovem, mas eu segui, com apoio de outras guerreiras fizemos o primeiro encontro das mulheres aqui no médio Tapajós. Os caciques falavam “não vai fazer encontro das mulheres! Não pode fazer. Por que é que as mulheres vão se encontrar? O que elas vão falar?”

Segui organizando o encontro devagarinho, falando só com as mulheres, sem comunicar às pessoas. Sabia que iriam puxar minha orelha, e que eu teria que ser firme²⁷. Um dia, o cacique mais bravo que existe aqui na nossa região me chamou dizendo que queria fazer uma reunião, justamente no dia em que nós havíamos marcado o encontro das mulheres. Falei que não poderia participar porque já tínhamos marcado nosso encontro, disse que as mulheres estavam chegando e que a gente faria o encontro aqui na nossa aldeia. E ele disse: “você ainda não desistiu desse encontro? Eu quero ver o que é que vai sair nesse encontro de mulheres, o que é que vocês vão fazer”. O cacique não participou, mas as mulheres da aldeia dele vieram, e até mulheres de outras aldeias também vieram. Todas gostaram do que falamos, sobre qual era a preocupação das mulheres. Foi ali que as mulheres do médio Tapajós começaram a falar. Fizemos o primeiro encontro²⁸, depois o segundo, e o terceiro. O quarto encontro está marcado, mas foi adiado por conta da pandemia. E o cacique mais bravo que existe disse: “eu quero esse encontro aqui na minha aldeia, agora eu quero.” E isso foi muito gratificante, ouvir isso do cacique me faz pensar que nós mulheres não podemos desistir. Na hora que dizem “não, você não pode, tem que desistir”, nessa hora você tem que persistir. Hoje eu converso muito, sou uma das mulheres que eles querem ouvir, eles querem saber da minha opinião. E vejo que não estou sozinha, estou com os caciques.

Na primeira vez que comecei a sair de casa para viajar, meu marido disse que eu estava deixando meus filhos abandonados. Retruquei, disse que não, que meus filhos não estavam sozinhos, que eles tinham avó, tios, e que eles tinham pai. Expliquei que os caciques me colocaram na frente, na liderança, porque tem confiança no meu trabalho, e que ele deveria ter também.

Continuei trabalhando, mostrando para ele a importância do que eu fazia. Hoje ele cuida das crianças, cuida da casa, é preocupado comigo, apoia e ajuda na nossa luta. Ele e meus filhos, assim como os caciques e os parentes, são a minha base. Eu não posso ter uma base se caminhar sozinha, tenho a base dos caciques, tenho a base dos guerreiros, tenho a base da minha mãe, tenho a base do meu esposo, tenho a base dos meus filhos. As pessoas acham que posso falar, mas não, eu não posso falar sozinha, o que falo é o que estou ouvindo das lideranças, é o que estou ouvindo das mulheres.

Nós mulheres estamos lutando pelo nosso território. Temos nossa *Associação das Mulheres Wakoborun*, que foi criada em fevereiro de 2018 para resistir aos grandes projetos que ameaçam nosso território. *Wakoborun*²⁹ foi uma guerreira munduruku de grande coragem, e nós mulheres também temos muita coragem. Somos mães, sabemos o que é sentir dor e não queremos ver terra mãe sofrer. Somos nós que vamos continuar lutando para defender a terra, lutando pela água, pelo território e pela vida³⁰. Somos nós que cuidamos da terra, e estamos lutando para preservar os parentes e até os animais.

Eu ainda preciso trabalhar muito, essa sementinha que brotou em 2014 ainda está florescendo, ainda vai ganhar mais galhos, ela ainda está muito curtinha. Mas eu espero que ela cresça muito, dê muitos galhos, que floresça mais ainda. Sei que um dia poderei ir embora, vai passar minha época, vou ficar velha. Por isso tenho que deixar as sementinhas, os antepassados fizeram isso, foram deixando as sementinhas. Eu sempre digo que as conquistas dos antepassados, tudo o que temos, não foi em vão, vamos seguir lutando.

Quem cuida da Amazônia somos nós

Tem muitos brancos que estão preocupados com a Amazônia, com o meio ambiente, mas não se preocupam com os indígenas. Nós somos o meio ambiente. A Amazônia quem preserva somos nós³¹. Somos nós que estamos aqui enfrentando os invasores. Nós defendemos o rio e o nosso território, porque nós sabemos que o Rio é sagrado, nós sabemos de onde vem nosso alimento, de onde vêm as frutas, os pés de remédio, as raízes, a gente conhece isso tudo. Se nós não estivéssemos aqui, se não existíssemos nós os indígenas, também não existiria a Amazônia. Já teriam desmatado tudo, já estaria toda queimada para plantar soja, para colocar hidrelétrica, ferrovia, hidrovía, portos, mineração.

As pessoas não sabem, mas a Amazônia está doente. A gente vê isso no dia a dia. Os rios estão contaminados pela mineração e pelo garimpo³². Quem caminha um pouco na mata vê o desmatamento. A gente que vive aqui, nós vemos o sofrimento dos animais. Estamos todos pedindo socorro, nós, os animais, as árvores. Nem todos sabem escutar a fala dos animais e das árvores. Mas é preciso começar a ouvir. O concreto da cidade não sabe falar

e também não sabe nos ouvir. A floresta nos escuta, a natureza escuta, os animais escutam. Não podemos só falar de nós, os animais também são vida, as árvores também são vida. As plantações que nascem, também são vida.

Quando eles querem construir hidrelétrica, eles dizem que é energia limpa. Mas como pode ser limpa se barra o nosso rio? Traz milhares de homens para trabalhar e esses homens não vêm sozinhos, com eles chegam também tráfico de drogas, prostituição, chegam doenças. Acabam com nosso território, e o que acontece com o indígena? Tem que ir para a cidade pedir esmola. Nós não queremos isso! Não aceitamos deixar o nosso território para pedir esmolas³³. Quem vai querer as mulheres munduruku pedindo esmolas no meio da rua? Por isso lutamos! A gente sai da nossa terra, deixamos a roça, eu deixo meus filhos em casa para ir até a cidade, até Brasília, às vezes até para outro país, para gritar. Colocamos nossa alma para fora, nosso pulmão para fora, queremos que as pessoas nos escutem, mas elas parecem estar surdas.

Muitos dizem que índio é preguiçoso, mas quando o índio vai caçar, a caça dele não está amarrada, ele vai procurar a caça. Quando mata, ele vai trazer para família tratar, assar ou cozinhar, para matar a fome. Para fazer uma farinha você tem que fazer antes a derrubada, você tem que carregar saco de mandioca, carregar lenha, plantar, cuidar, trabalhar duro o dia todo, só depois vai fazer a farinha e matar a fome do povo. E nós lutamos muito pelo nosso território. Como podem dizer que somos preguiçosos?

Tem gente que pensa que para ser contra o garimpo temos que ser a favor de mineradora³⁴. Tem gente que acredita que é bom, diz que a mineradora vai trazer muito emprego. Imagine, trocar o território para ser escrava das empresas?! Imagine eu deixar a empresa entrar na minha terra e ainda trabalhar para eles lá dentro? Eu mesma estaria matando meu povo, botando meu povo para beber água suja. Não podemos fazer isso.

As pessoas acreditam que nós precisamos aproveitar a ajuda das empresas para ganhar dinheiro, dizem que vamos conseguir bilhões. Dizem que as empresas querem nos ajudar. Não queremos dinheiro de empresas, não queremos trocar nosso território por essa ajuda. Queremos ajuda de quem apoia a nossa luta, de quem não quer nosso território em troca de nada. Eu não vou me aliar com empresas, não vou me aliar com inimigos. Vou sim me aliar com meu povo e com quem a gente confia e nos apoia sem interesses. Os bilhões, isso não nos interessa. O que é importante para nós é a floresta em pé, é poder viver no nosso território. O território que os antepassados lutaram e deixaram para nós, e que nós vamos deixar para os nossos filhos, para os nossos netos e bisnetos. Isso para nós é uma riqueza. O dinheiro um dia se acaba, o território não acaba. O território não se negocia, ele é nossa vida, não vou negociar a vida do meu povo.

Invasores não fazem quarentena

As empresas chegam aqui e já colocam placa: particular. Colocam logo vigilante, pistoleiro e já vira área particular. Nos impedem de entrar nas áreas que os guerreiros usam para caçar, nos proíbem de entrar na mata para tirar palha, não podemos entrar nos igarapés que pescávamos, dizem que tudo já virou área particular. A gente fica brigando por um pedaço terra, para garantir a sobrevivência dos povos indígenas e de tudo o que está lá dentro. Nossa luta a gente faz pedindo a demarcação, que é um direito nosso, é tudo dentro da legalidade. Os grileiros fazem tudo burlando o sistema. Eles chegam, burlam o sistema e a terra é deles? A gente vive aqui há muitos anos, nossa história está aqui, nossos antepassados estão aqui e não temos direito ao nosso território?

O presidente já disse que não vai demarcar nenhum território indígena³⁵. Todos já sabíamos que seria um governo de morte para nós. Quem garante que ele não quis que essa pandemia entrasse em nosso território? O que ele quer é nos matar, acabar de vez com nossa população. Se morrermos com a pandemia, com o garimpeiro, com o madeireiro, para ele é melhor. Ele quer a nossa terra, não quer a gente vivo. Eles estão criando medidas, fazendo de tudo, mudando as leis para colocarem 40 hidrelétricas no nosso território, dizem que o rio aguenta. Eu pergunto: o Xingu aguentou Belo Monte³⁶? Belo Monte está salvando o povo nessa pandemia? Tem muito emprego? As pessoas estão com saúde? Só de imaginar que vem projeto para o meu rio, não consigo mais dormir. Eu não consigo olhar para o meu filho e dizer que está tudo bem, que o governo está escolhendo coisa certa para nós. Não está! Querem nos expulsar, meus filhos serão expulsos, meus sobrinhos serão expulsos, meus parentes serão expulsos!

Estamos vendo nosso povo morrer com o vírus, isso é um genocídio³⁷ total. Estão nos matando como se nós não fossemos seres humanos também³⁸. Nós também temos direito de ficar vivos! O sangue que corre nas minhas veias é igual ao sangue que corre nas veias deles. O nosso povo também merece estar vivo! Mas nós sabemos que os povos indígenas vão diminuir cada vez mais. É um genocídio, e não matam só os povos indígenas, eles matam a floresta, os animais, o nosso rio. Garimpeiro entra de avião na Terra Indígena, eles fazem pista de pouso clandestina. Madeireiro entra de barco, de caminhão, leva trator. Os invasores³⁹ não fazem quarentena, nós é que temos que fazer quarentena para não pegar a doença deles, mas se a gente não enfrentar, eles acabam com nosso território. As placas estão lá para dizer que o território é nosso, mas as placas não falam, elas não expulsam os madeireiros, tem que ser a gente, nós mulheres com nossos filhos nos braços, os guerreiros, os idosos. As vezes estamos com armas apontadas para nossas cabeças, mas enfrentamos.

O governo não faz a fiscalização das nossas terras, pelo contrário, o que o governo faz são projetos de portos, de ferrovia, de mineradoras internacionais que vão se instalando em nosso território e nós somos os últimos a saber. O governo faz projeto de lei⁴⁰, faz instrução normativa⁴¹ da Funai para ajudar a acabar com nosso território. Nós lutamos tanto para conquistar aqueles dois pedacinhos da Constituição, aqueles dois artigos (231 e 232), lutamos muito para ter as políticas para os povos indígenas, e eles estão destruindo.

Eu me pergunto, por que é que eles querem tanto a nossa terra? Eles vêm, exploram e vão embora. Eles não querem ficar no território, eles querem só acabar com a floresta, com o rio, com os animais. E nós? Eles têm o direito de nos expulsar da nossa terra?

Querem me calar, me ameaçam o tempo todo. Mas eu não vou ficar sentada, calada, esperando tudo isso acontecer. Eu não posso fazer isso, eu tenho que lutar. As mulheres sofrem, as crianças sofrem, os caciques sofrem. Até as crianças sabem o que querem para o seu território, nenhuma criança aqui quer hidrelétrica, elas sabem que as hidrelétricas vão barrar nosso rio, vão acabar com nosso peixe, vão nos expulsar do território. As crianças já sabem disso. Na autodemarcação⁴² as crianças estão junto, na construção dos protocolos de consulta também estão junto, aprendendo a lutar. As mulheres também estão na autodemarcação fazendo o audiovisual, fazendo as próprias filmagens, contando sua história. As mulheres também são guerreiras, não estão ali só para carregar as painéis nas costas no mato. Estamos ali para demarcar o território.

Tantos outros lutaram, Chico Mendes⁴³ gritou, falou, mas só foi ouvido depois que morreu. A Dorothy⁴⁴, gritou, só foi ouvida depois que morreu. Será que preciso morrer para poder as pessoas ouvirem o que estou falando? Será que tenho que me sacrificar para as pessoas ouvirem a importância do rio, a importância da floresta, a importância do território? As pessoas adoecem quando sabem que serão expulsas do seu território. As pessoas adoecem, as anciãs adoecem, porque sabem que o rio vai ser morto. Hoje o rio está doente sim, por conta da mineração e do garimpo⁴⁵. Mas vou parar aqui? Não! Eu não posso parar aqui. Não posso parar, porque a pandemia pode até passar, mas as leis dos brancos, os projetos do governo, das empresas internacionais estão todos aqui na Amazônia. Não posso me calar, jamais posso me calar, mesmo que eu morra um dia, mas as pessoas têm que ouvir. E espero que as pessoas ouçam agora! A gente também quer viver. Não são só os brancos que merecem viver. A gente precisa se defender das empresas, a gente precisa se defender do governo, precisa se defender dos invasores. A gente vai lutar sim, mesmo com a doença avançando, precisamos ficar vivos para continuar nossa luta.

Temos que lutar juntos

O povo munduruku é resistente, muito alegre e muito forte. A força vem da união do nosso povo, vem da confiança que temos um no outro. Não é fácil, mas é assim que caminhamos. O que nós queremos é ver o futuro das nossas crianças. Queremos que tenham o direito de pescar, caçar, viver no nosso território, que tenham o território para continuar brincando. Queremos que nossas crianças possam estudar, que possam escolher se querem ser advogados, médicos, enfermeiros, para ajudar o nosso povo. O que nós queremos é viver em paz, olhar para onde viemos, olhar nosso rio, a floresta, os animais, queremos viver em paz com a nossa terra.

A pandemia mostra mais uma vez que temos que lutar juntos, os ribeirinhos, os povos indígenas, os quilombolas, só nós vamos defender nosso território e nossa vida, não podemos esperar nada do governo. Esse é um momento de segurar mesmo o nosso território. Segurar mesmo o nosso rio. Vejo que não está sendo fácil para ninguém, para nenhum negro, para nenhum quilombola, para nenhum índio. Mas essa tempestade vai passar, eu creio que vai passar. É só uma tempestade que vem para nos derrubar, para ver se nós realmente somos firmes. Espero que todos fiquem firmes nessa luta, as mulheres, as crianças, os pajés, os idosos, estejam firmes. Nós temos que cuidar dos nossos sábios, temos que cuidar do nosso povo, do nosso território, das nascentes, dos igarapés, dos locais sagrados. Nós temos que viver.

Sawé!

Notas

¹ A introdução é escrita integralmente pela segunda autora.

² Depoimentos referentes à participação de Alessandra Korap nos debates virtuais promovidos pelo Acampamento Terra Livre (27/04/2020); CasaNinjaAmazônia (05/05/2020); Movimento dos Atingidos pela Mineração (07/05/2020); Juntas Coletivo (28/05/2020) e; Fundação Heinrich Böll Brasil (12/06/2020).

³ Reserva Indígena Praia do Índio, publicada em 1986.

⁴ Associação Indígena Pariri, criada em 1998, representa 12 aldeias do povo munduruku no Médio Tapajós e atua em conjunto com o Movimento Ipereagayu, Associação de Mulheres Wakoborun, além de outras associações do povo. Mais informações na página de facebook: <https://www.facebook.com/AIPariri/>

⁵ A Associação de Mulheres Wakoborun foi criada em 2018 para fortalecer a atuação das mulheres munduruku e apoiar as estratégias de resistência e autodemarcação do povo. Associação também apoia a produção e comercialização de artesanato produzido pelas mulheres munduruku. Mais informações na página de facebook da associação: <https://www.facebook.com/artesaniawakoborun>

⁶ Disponível em: <https://soscorpo.org/wp-content/uploads/INFORMATIVO-COVID-WAKOBORUN-1.pdf>

⁷ A partir de seu trecho médio, o rio Tapajós é utilizado no transporte de commodities agrícolas. Segundo BENASSULY BARROS (2019), operam em Miritituba, distrito de Itaituba/PA, Estações de Tránsito de Cargas (ETC) de empresas como Bunge, Amaggi, Hidrovias do Brasil, Cianport e Cargill, e está prevista a instalação de ETCs das empresas Unirios Rodoflúvia e Logística Ltda e Porto Chibatão. Os grãos chegam à Miritituba em caminhões através da BR 163, e são transbordados para silos, ou barcas, estas, por sua vez, levam as commodities até o Porto de Santarém (PA), onde os grãos são embarcados em navios maiores.

⁸ Unidades de Tratamento Intensivo.

⁹ Referência ao número diário de mortes por COVID-19 em países europeus. Ver mais em: <https://cutt.ly/Jgw5XZw>

¹⁰ Para Scopel, et al, (2018), o cuidado com a saúde compõe as estratégias de manutenção da existência e da luta pelo território do povo Munduruku. Práticas de autoatenção e cura evocam memórias de luta pelo território e pertencimento étnico. Conforme os autores “práticas xamânicas, os rituais de cura, as massagens, o uso de ervas medicinais ingeridas ou utilizadas em banhos, assim como o uso de remédios populares e, mais recentemente, de medicamentos alopáticos (...) são vistas como necessárias para lidar com doenças – ou preveni-las – e, mais ainda, como necessárias à manutenção da qualidade de vida coletiva” (Scopel et al, 2018, p.93).

¹¹ Diversas etnografias sobre diferentes povos relatam crises humanitárias relativas a epidemias de gripe, febres, doenças diarreicas, sarampo, entre outras doenças causadas pelo contato com os brancos. Kopenawa e Albert (2018) descrevem o impacto do contato e das doenças trazidas pelos garimpeiros ao povo Yanomami. Viveiros de Castro, et al (2016) indicam que epidemias relacionadas ao contato com os povos Araweté nos anos 1970 causaram a morte de cerca de 36% da população do povo. Estudo etnográfico realizado por Scopel, et al, (2018), constatou que, a partir da perspectiva xamânica, o povo Munduruku caracteriza a relação com os *pariwat* (*inimigos*) como sendo perigosa, constando dentre as ameaças à reprodução biossocial do povo, os perigos relacionam-se às epidemias, violência e invasões do território. Segundo os autores, as epidemias vivenciadas pelos Munduruku caracterizaram a interação com os *pariwat* durante os séculos XVIII a XX. Sobre o perfil epidemiológico indígena no Brasil, ver mais em Coimbra, et al, (2003).

¹² A plataforma de monitoramento da situação indígena na pandemia do novo coronavírus, do Instituto Socioambiental (ISA), registrou até 27/06/2020 um total de 112 povos afetados pelo vírus, com 9166 casos confirmados e 378 mortes de indígenas por COVID-19. Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/> Acesso em: 27/06/2020

¹³ Termo no idioma munduruku cuja tradução correspondente a *inimigo*. O termo foi atribuído aos brancos colonizadores, e atualmente aos invasores e vetores de pressão sobre os territórios do povo.

¹⁴ Sobre desenvolvimento capitalista e a produção da morte ver Mbembe (2018b).

¹⁵ Quantidade de mortos até o dia 27/06/2020.

¹⁶ A oralidade é importante característica do povo Munduruku, que por meio de narrativas transmitem o conhecimento produzido e a acumulado entre as gerações. Segundo Daniel Munduruku (2018), a escrita é prática recente entre povos indígenas no Brasil, que priorizaram a fala, a palavra e a oralidade como instrumento de transmissão das tradições.

¹⁷ A Associação Indígena Pariri publicou uma nota de pesar na ocasião da morte de Amâncio Ikon, a nota menciona também o falecimento do cacique Vicente Saw, além de outros integrantes do povo, vítimas do COVID-19. Disponível em: <https://cutt.ly/0gw5CnB>

¹⁸ Karosakaybu é mencionado como o criador, aquele que deu origem ao mundo e ao povo. Segundo Loures (2017) “Karosakaybu tinha poderes de transformar os animais, as pessoas, as paisagens dos campos, de transformar seres humanos em animais e, ainda, de se transformar, ele mesmo, em animais. São inúmeros os relatos dessas metamorfoses, sendo que os Munduruku sempre reconheceram o Karosakaybu como autor e criador de tudo e todos. Karosakaybu criou todos os outros povos, contudo o que criou à sua imagem e semelhança foram os Munduruku” (Loures, 2017, p. 42).

¹⁹ Na cosmologia Munduruku, Karodaybi foi um grande guerreiro que liderava outros cinco hábeis guerreiros do povo: Pukorao Pik Pik, Pusuru kao, Waremuçu Pak Pak, Surup Surup e Wakoburun. Ver mais em Loures (2017).

²⁰ Referência à data de chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil (1500).

²¹ Em Itaituba (PA) está prevista instalação da UHE São Luíz do Tapajós, cujo processo de licenciamento está suspenso desde agosto de 2016 por decisão do Ibama. Sob a responsabilidade da Eletrobrás, o projeto teve os primeiros estudos de impacto negados pela Funai e pelo próprio Ibama, que alegaram fragilidades nos estudos de impacto sobre as populações indígenas atingidas. O barramento colocaria em risco comunidades indígenas e ribeirinhas, e ameaçando de alagamento a Terra Indígena Munduruku Sawré Muybu, TI identificada, porém com processo de demarcação paralisado na Funai desde 2016. A hidrelétrica atingiria três aldeias dentro da TI, além de uma cachoeira sagrada no curso do Tapajós. Para mais informações consultar Oliveira (2016), Loures (2017) e Molina (2017).

²² Em nota de esclarecimento datada de 24/06/2020, a Funai afirma que destinou R\$ 22,7 milhões para ações de combate à COVID-19. Segundo o órgão, o recurso encontra-se em diferentes fases de execução e tem sido empenhado na entrega de alimentos e kits de higiene e limpeza aos indígenas, além de atividades informativas, suporte à barreiras sanitárias e transporte de indígenas e servidores. As ações são conduzidas em parceria com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), vinculada ao Ministério da Saúde. Disponível em: <https://cutt.ly/ogw51kv> Acesso em: 27/06/2020.

²³ Com a campanha, as associações Pariri e Wakoborun esperam arrecadar recursos para apoiar as ações de combate ao coronavírus, como a compra de alimentos e produtos de higiene, bem como apoiar a construção de Unidades Intermediárias de Tratamento nos territórios de povo. Link de acesso à campanha para arrecadação de doações: <https://cutt.ly/kgw52d6>

²⁴ Nessa campanha as associações recolhem assinaturas de apoiadores com o intuito de pressionar o governo do estado do Pará e a SESAI para que construam unidades de tratamento nas aldeias, ampliem a quantidade de leitos de UTI nos municípios da região ou construam hospital de campanha no território do povo, contratem médicos especialistas e disponibilizem transporte médico aéreo. Link para acesso à petição: <https://cutt.ly/Vgw58Ep>

²⁵ A perspectiva da luta das mulheres indígenas como uma luta inseparável da luta do povo é abordada por autoras ligadas ao feminismo comunitário, que discutem, sobretudo, casos na América Central e região Andina. Nessa perspectiva as lutas comunitárias pelo território figuram como principal ponto de partida para a organização das mulheres que reivindicam espaço nas decisões sobre os destinos do povo. O feminismo comunitário dialoga também com perspectivas simbióticas entre corpo e território, buscando uma abordagem que não hierarquiza as relações entre povo e natureza. A manutenção do território garante a manutenção das vidas, para além das vidas humanas, colocando a necessidade de que mulheres e homens se articulem para enfrentar pressões sobre os territórios e sobre seus próprios corpos. Ver mais em Paredes (2010) e Cabnal (2010). A participação das mulheres no movimento indígena no Brasil é abordada por Sacchi (2006), em sua tese de doutorado. A autora trata dessa participação de forma ampla, apontando para transformações acarretadas na vida dessas mulheres no nível comunitário. Para Sacchi, é no nível comunitário que se organiza a vida dos povos, e nesse espaço as mulheres têm importância primordial.

²⁶ Maria Leusa é importante liderança do povo Munduruku, vive no alto Tapajós, é também uma das fundadoras da Associação Wakoborun. Para mais informações, veja entrevista com Maria Leusa. Disponível em: <https://cutt.ly/igw572m>

²⁷ Algumas autoras que adotam perspectivas decoloniais apontam o entrelaçamento de formas de dominação de gênero de diferentes povos com as estruturas patriarcais impostas pelos colonizadores. Paredes (2016), chama a sobreposição do patriarcado branco colonial com as formas empregadas para controle dos homens sobre as mulheres indígenas de *entroncamento patriarcal*, para a autora esse entroncamento potencializaria pressões sobre as mulheres, na medida em que os povos incorporassem estruturas patriarcais com o contato colonial. Strathern (2006), ao analisar as sociedades melanésias, buscando trazer uma leitura sobre as relações de gênero, faz ponderações importantes sobre os limites ao emprego de categorias de gênero ocidentais para caracterizar diferentes povos e culturas. A perspectiva de Strathern ilumina cuidados necessários às tentativas feministas de abordagem das relações de gênero no interior das sociedades indígenas, que entendemos dialogar com a problematização feita por Paredes (2016) sobre a essencialização e generalização de categorias do feminismo hegemônico.

²⁸ Conforme Loures (2017), o I Encontro de Mulheres no Médio Tapajós, que aconteceu em novembro de 2016 na aldeia Praia do Índio, contou com a participação de cerca de noventa pessoas, dentre as quais guerreiras, guerreiros e caciques do povo Munduruku, além de mulheres e lideranças de outros povos indígenas.

²⁹ Wakoborun foi uma habilidosa guerreira Munduruku, a única mulher a fazer parte do grupo de guerreiros que protegiam Karodaybi. Um de seus principais feitos foi recuperar a cabeça decapitada de seu irmão, morto por inimigos. A imagem de Wakoborun carregando uma cabeça humana num cesto de palha é utilizada como símbolo da Associação das mulheres, que evocam a força dessa guerreira em suas ações. Para mais informações consultar Loures (2017).

³⁰ O envolvimento crescente das mulheres indígenas na luta pelos comuns é mencionado por Tzul Tzul (2015), que situa a luta das mulheres pelo território como uma luta pela reprodução social do povo. A autora argumenta que o trabalho de reprodução social (trabalho de cuidados) tem papel dominante na vida e no corpo das mulheres indígenas, e que o território representa a base material para a reprodução da vida. Tzul Tzul observa que a participação das mulheres nessas lutas tem sido decisiva, em grande medida, por se tratar da luta pelo uso da água, das florestas, da terra, dos cultivos de subsistência, elementos centrais na gestão da vida cotidiana, realizada, por sua vez, pelas mulheres.

³¹ Sobre povos indígenas e conservação consultar Carneiro da Cunha e Almeida (2001).

³² Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indicam que em 2017 foram desmatados 2,64 km² de floresta dentro da TI Munduruku; em 2018, foram 4,84 km²; em 2019, foram 15,46 km². Somente a atividade de garimpo ilegal respondeu por quase 70% desse total, e entre agosto de 2018 e agosto de 2019 foram desmatados 10,71 km² de floresta nos territórios do povo em função do garimpo ilegal.

³³ Federici (2018), aponta a perda dos territórios como vetor de proletarianização das populações; a autora compreende o processo de acumulação primitiva como tendo graves consequências especialmente sobre as mulheres, que tinham no território as fontes de sua subsistência e que não encontram na sociedade urbana industrial espaço para sua inserção econômica. O empobrecimento ligado à perda do território também é mencionado por Sassen (2016), que aponta a concentração de terras por grandes corporações internacionais como dado crescente em países do Sul global. Para autora, a manutenção da acumulação de capital provoca expulsões para açambarcamento de terra e água, empregando, para isso, métodos violentos.

³⁴ Conforme o INESC (2019), até novembro de 2019 constavam na Agência Nacional de Mineração 4.332 pedidos de pesquisa mineral incidindo potencialmente sobre, pelo menos, 215 Terras Indígenas (TI) e 160 etnias em todo o país (30% do total).

³⁵ Durante a sua campanha, o então candidato Jair Bolsonaro fez declarações racistas e afirmou, logo após o resultado das eleições, que não demarcaria terras indígenas em seu mandato. Disponível em: <https://cutt.ly/Cgw6wH7>

³⁶ Sobre a UHE Belo Monte, ver mais em Fearnside (2017) e Chaves (2018).

³⁷ Sobre genocídio indígena, ver mais Palmquist (2018)

³⁸ Sobre desumanização, ver mais em Mbembe (2018a) e Almeida (2019)

³⁹ Conforme último Relatório da Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 2018 foram registrados 109 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio”, enquanto em 2017 haviam sido registrados 96 casos. Ainda segundo a organização, até setembro de 2019 haviam sido contabilizados 160 casos de invasões às Terras Indígenas no Brasil.

⁴⁰ O atual governo propôs algumas medidas que alteram a legislação e que fragilizam direitos territoriais indígenas no país. Merecem destaque: a Medida Provisória 910/2019, que põe em risco territórios quilombolas e indígenas em virtude da possibilidade de sobreposição de áreas, além de, potencialmente, intensificar a ampliação de conflitos fundiários em todo o território nacional – ver mais em TERRA DE DIREITOS (2020); e o Projeto de Lei n.º 191/2020 que regulamenta a pesquisa e a lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas, bem como institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas – ver mais em MPF (2020).

⁴¹ Instrução Normativa/ Funai n. 09 (IN 09), de 16 de abril de 2020, que, conforme a nota técnica da INA (2020), desobriga a Funai da gestão de TI em processo de regularização, passando a considerar apenas a existência de TI homologadas, reservas indígenas e terras domaniais indígenas plenamente regularizadas (art. 1º, §1º). A mudança normativa favorece a grilagem e a extração de recursos em territórios indígenas não homologados. Ver mais em INA (2020).

⁴² Segundo Molina (2018), a autodemarcação realizada pelo povo Munduruku desde 2014, teve como gatilho a declaração da então presidente da Funai sobre os interesses na construção do complexo hidrelétrico do Tapajós, e que impediam a regularização fundiária das TI do povo. Os Munduruku realizam etapas de autodemarcação do território Daje Kapap Eipi, conhecido como Sawré Muybu, anualmente desde 2014. Nas ações, guerreiros e guerreiras percorrem os limites da TI fazendo a demarcação e expulsando os invasores. Na quinta etapa de autodemarcação, em 2019, o povo expulsou madeireiros, obrigando-os a retirarem máquinas, caminhões e balsas do território. Mais informações sobre o processo de autodemarcação em Molina (2017) e Loures (2017), além de detalhamento das primeiras etapas da autodemarcação no documento intitulado “Autodemarcação Daje Kapap Eipi”, disponível em: http://media.wix.com/ugd/c99e01_7dcfb3cedf6546869a9d9ac542ec73da.pdf

⁴³ Liderança do movimento dos seringueiros no Acre, assassinado em 1988 aos 44 anos em sua própria casa, em Xapuri/AC.

⁴⁴ Dorothy Stang, missionária, assassinada em 2005 aos 73 anos, no contexto de luta pela terra no município de Anapu/PA.

⁴⁵ Uma preocupação do povo Munduruku relaciona-se à contaminação dos rios por mercúrio decorrente da atividade garimpeira. Sobre a presença do metal em rios amazônicos consultar Couto, et al (1988).

Referências

- ALMEIDA, SILVIO Luiz de. (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Suely Carneiro; Polén.
- ASSOCIAÇÃO DE MULHERES WAKOBORUN. (2020). *Informativo COVID-19*. <https://cutt.ly/6gw6y60>
- BENASSULY BARROS, Márcio Júnior. (2019). De agrovila a nó logístico do agronegócio na Amazônia: o caso de Miritituba, Itaituba, Pará. Dossiê Agronegócios no Brasil. *Geosul* 34(71), 382-406. <https://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p382>
- CABNAL, LORENA. (2010). Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. Asociación para la cooperación con el Sur. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. e Almeida, Mauro W. (2001). Barbosa de. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. In Capobianco et al (Orgs). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios* (pp. 184-193). São Paulo: Instituto Socioambiental e Estação Liberdade.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. e Almeida, Mauro W. (2018). *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: dados de 2018*. Brasília. <https://cutt.ly/Zgw6tZI>
- CHAVES, KENA Azevedo. (2018). Colonialidade, exceção-espoliação e etnocídio: o caso dos atingidos à jusante da barragem de Belo Monte. *Terra Livre* 51(2), 120-152.
- COIMBRA JR., Carlos E. A., Santos, Ricardo Ventura., Escobar, Ana Lúcia (Orgs.). (2003). *Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/ABRASCO. <https://doi.org/10.7476/9788575412619>
- COUTO, ROSA Carmina de Sena., Camara, Volney M., Sabroza, Paulo Chagastelles. (1988). Intoxicação mercurial: resultados preliminares em duas áreas garimpeiras. *Cad. Saúde Pública* 4(3), 301-315. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1988000300005>
- FEARNSIDE, PHILIP. (2016). Os planos para as usinas hidrelétricas e hidrovias na bacia do Tapajós: uma combinação que implica a concretização dos piores impactos. In Alarcon, D., Milikan, B. e Torres, M. (Orgs.), *Ocekadí: Hidrelétricas, Conflitos Socioambientais e Resistência na Bacia do Tapajós*. Brasília: International Rivers.
- FEARNSIDE, PHILIP. (2017). Brazil's Belo Monte Dam: Lessons of an Amazonian resource struggle. *Die erde* 148(2-3), 167-184. doi:10.12854/erde-148-46.

- FEDERICI, SILVIA. (2018). O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante.
- INA – Indigenistas Associados. (2020). *Nota Técnica: a Instrução Normativa da Funai nº 09/2020 e a gestão de interesses em torno da posse de terras públicas*. <http://apib.info/files/2020/04/2020-04-27-nota-tc3a9cnica-in-09.pdf>
- INESC – Instituto de Estudos Econômicos. (2019). *Povo Munduruku denuncia o garimpo e a retomada de projetos na Amazônia*. 27/11/2019. <https://cutt.ly/Rgw6o7w>
- LOURES, ROSAMARIA. (2017). *Governo Karodaybi: o movimento Ipereğ Ayū ea resistência Munduruku* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Brasil.
- MBEMBE, ACHILLE. (2018a). *Crítica da razão negra*. São Paulo: N1 edições.
- MBEMBE, ACHILLE. (2018b). *Necropolítica*. São Paulo: N1 edições.
- MOLINA, LUÍSA Pontes. (2018). Terras incapturáveis: notas para pensar autodemarcação indígenas. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 5(10): 39-58.
- MOLINA, LUÍSA Pontes. (2017). *Terra, luta, vida: autodemarcações indígenas e afirmação da diferença* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.
- MPF – Ministério Público Federal. (2020). *Nota técnica Nº 4/2020/6^oCCR/MPF*. http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/6ccr_notapl_mineracao.pdf
- MUNDURUKU, DANIEL. (2018). Escrita indígena: registro, oralidade e literatura O reencontro da memória. In Dorrico, Julie., Danner, Leno., Correia, Heloisa., Danner, Fernando (Orgs.), *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre: Editora Fi.
- OLIVEIRA, RODRIGO Magalhães. (2016). *A ambição dos pariwat: consulta prévia e conflito socioambiental* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.
- PALMQUIST, HELENA. (2018). *Questões sobre genocídio e etnocídio indígena: a persistência da destruição* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.
- PAREDES, JULIETA. (2010). *Hilando Fino desde el feminismo comunitario*. La Paz: CEDEC y Mujeres Creando Comunidad.
- PAREDES, JULIETA. (2016). *El desafío de la despatriarcalización: entramado para la liberación de los pueblos*. La Paz: Femenistas Comunitarias de Abya Ayala (FeGAY).
- SACCHI, ANGELA. (2006). *União, luta, liberdade e resistência: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira* (Tese de Doutorado em

Antropologia Social). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, Brasil.

SASSEN, SASKIA. (2016). *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. São Paulo: Paz e Terra.

SCOPEL, DANIEL., Dias-Scopel, Raquel. e Langdon, Esther Jean. (2018). A cosmografia Munduruku em movimento: saúde, território e estratégias de sobrevivência na Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 13(1), 89-108. <https://doi.org/10.1590/1981.81222018000100005>

STRATHERN, MARILYN. (2006). *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Unicamp.

TERRA DE DIREITOS. (2019). Nota Técnica MP 910. <https://cutt.ly/Pgw6snu>

TZUL TZUL, Gladysz. (2015). Mujeres indígenas: Historias de la reproducción de la vida en Guatemala. Una reflexión a partir de la visita de Silvia Federici. *Bajo el Volcán* 15(22), 91-99.